

A cor da alma: ambivalências e ambigüidades da identidade nacional

Sandra Jatahy Pesavento*

Em crônica escrita às vésperas da Exposição Nacional de 1908, João do Rio (1909, p. 275) perguntava-se: quando o brasileiro descobrirá o Brasil? O texto ironizava com a cultura cosmopolita da elite afrancesada carioca, que punha em Paris o seu marco de referência identitária e que voltava as costas ao nacional, sendo ignorante com relação às coisas do País.

A questão, colocada pelo estilo irreverente e cômico do cronista, remete, contudo, a certos elementos de tensão que presidiram a construção da identidade nacional brasileira e que, neste nosso final de século, recolocam o debate em torno das redescobertas do Brasil feitas ao longo destes 500 anos que se avizinham.

A identidade, como se sabe, não é um dado ponto, nem tem uma existência imemorial e telúrica, a se impor como a “alma nacional”, presente desde o início dos tempos.

A identidade é uma construção datada, e ela surge a partir do momento em que um grupo afirma que a nação existe. Entender a identidade nacional como uma construção implica pressupor um processo de identificação, seleção, montagem e composição de elementos que formam o padrão identitário de referência.

A construção da identidade vale-se de imagens, discursos, mitos, crenças, desejos, medos, ritos, ideologias. Em outras palavras, a identidade pertence ao mundo do imaginário, que é esta capacidade de representar o real, criando um mundo paralelo ao da concretude da existência.

No caso da identidade, e particularmente da identidade nacional, constrói-se uma comunidade simbólica de sentido que cria a sensação de pertencimento.¹

* Doutora em História, Professora Titular do Departamento de História e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre - RS - Brasil.

¹ Para o estudo da identidade, consultar os seguintes autores, que apresentam, por sua vez, contribuições distintas e/ou complementares entre si: Anderson (1997), Barth (1986), Bourdieu (1989), Segalen, org (1989).

Ora, a identidade é uma representação relacional, pois tem como referência a alteridade dos “outros”. A delimitação e configuração do “nós” identitário tem como contraponto a existência dos “outros”. Identidade e alteridade trabalham entre si pela metáfora do espelho, onde a designação e a qualificação do “outro” é um dizer-se de si mesmo. Diferentes, análogos, antitéticos, os “outros” são aqueles que permitem compreender e revelar o que somos.² A alteridade, no caso, pode ser desejada, admirada, exótica, constituindo-se até como uma identidade a ser alcançada e que se persegue, mas pode também ser a identidade negada, a parte de nós rejeitada, que se envolve na alteridade condenada dos excluídos.

Mais do que complexo, o fenômeno identitário suporta uma multiplicidade de registros que podem se superpor no mesmo indivíduo: os recortes abarcam o continental, o nacional, o regional ou o local, por um lado; mas, por outro, estabelecem distinções de ordem do etário, classista, de gênero, étnico, racial, profissional, etc.

Se a identidade é um sistema compreensivo de referência e é socialmente partilhada, ela deve ter uma carga de positividade, que comprometa a adesão, e também uma dose de credibilidade, que torne a versão plausível. Mesmo que a identidade seja uma construção elaborada por um grupo e, portanto, condição atribuída, há que ter em conta a recepção ou o endosso do seu público consumidor. Como todo processo de construção imaginária, a identidade se apóia em dados da realidade que se compõem e interpenetram com elementos do inconsciente coletivo e com outros “inventados”, num processo de deliberada ficção criadora. O resultado, contudo, é sempre uma abstração, que se expressa, como se viu, em imagens, discursos, práticas, sensibilidades e valores.

Mas voltemos a nossa questão, que é a da identidade nacional brasileira, onde buscamos divisar elementos de tensão que presidiram o seu “fazer-se”.

O mote levantado por João do Rio na sua crônica nos remete a uma questão central, que introduz ambigüidades e ambivalências nesse processo e que, de uma certa forma, se apresenta como recorrente na história brasileira.

Referimo-nos à tensão entre o local e o universal. Esta tem sido, a rigor, uma questão presente: como ser, ao mesmo tempo, original, específico, autêntico, possui uma maneira própria de ser e também afirmar-se como tributário de uma cultura universal?

O Brasil está, desde o seu nascedouro — a “descoberta” da terra pelos portugueses —, integrado a um circuito da civilização ocidental que, por sua

² A propósito da alteridade, consultar: Hartog (1991).

vez, em seu desenvolvimento, se unificou pela expansão do capitalismo. Suas elites letradas, por mais reduzidas numericamente que fossem, sempre estiveram em contato com a “cultura superior” européia e tiveram acesso ao debate intelectual de sua época, através da leitura de livros e jornais que recuperavam as questões em jogo no mundo ocidental. Mas, ao mesmo tempo, há que ter em conta que, desde a descoberta, o Brasil foi marcado pela diferença: a terra, a natureza, os “selvagens”, o *modus vivendi* diferenciado. O encontro de um mundo novo com os velhos mitos criou um *ethos* diferenciado nas terras ao sul do Equador, cujo resultado foi o conhecido e *sui generis* processo de colonização portuguesa na América.

Ser “isto” e “aquilo” ao mesmo tempo implica a postura ambivalente de suportar dois juízos ou valorações opostas, dotando o Brasil de um perfil identitário particularizado e específico — talvez único, por que não? — e, ao mesmo tempo, perfilar-se, na mesma medida, junto aos padrões internacionais de cultura.

Por um lado, essa tensão pode ser apreciada na alternância de gerações intelectuais que se sucederam, moldando a cultura brasileira e ancorando o seu padrão identitário ora no genuinamente nacional — como o romantismo —, ora acentuando o viés cosmopolitista de adesão ao universal — como na postura realista, cientificista da *fin de siècle*. Mas, por outro lado, é possível ver também, mesmo nos momentos de maior apego ao “autenticamente” local, uma busca dos marcos do internacional. Trata-se, no caso, de traduções realizadas em termos de especificidade, de paradigmas de pensamento clássicos da civilização européia ocidental, com o que poderíamos mais uma vez recorrer ao exemplo do romantismo. Em síntese, mesmo na elaboração mais original, há um princípio inspirador que se localiza fora.

A identidade, como representação social, formula uma maneira de ser que é inventada ou importada, mas é assumida e consentida, o que implica sempre sedução e convencimento. É uma forma imaginária de conceber-se a si próprio que conforta, dá segurança, marca presença no espaço e no tempo. Ser “isto” e “aquilo”, ser específico, mas partilhar com os outros um *ethos* e uma maneira de ser, marca, portanto, uma expressão de ambivalência, porque dá ao “nós” identitário uma comunhão com a alteridade, mesmo que isso se realize no plano do simbólico.

Mas a identidade nacional, constituída na tensão entre o específico e o universal, não é só ambivalente, mas também ambígua. A situação de ambigüidade apresenta o diferencial de, intrinsecamente, não ser “isto” nem “aquilo”, numa dúbia indefinição, que, porém insinua uma promessa de superação no tempo. Nesse sentido, o Brasil é sempre promessa, é vir a ser que se renova na sucessão de intelectuais que o pensaram e o redescobriram. Mesmo que essa

realização seja colocada num futuro distante — como a solução do problema da raça num país de mestiços, séria questão a resolver diante do pessimismo científico da época —, há um horizonte de chegada, que poderá ser a arianização almejada, a modernidade sonhada, o *status* primeiro-mundista.

Uma segunda ordem de tensão trabalhada pela identidade e que se insere na categoria do ambivalente é aquela que realiza uma ruptura temporal. No Brasil, barbárie e civilização não são etapas de desenvolvimento cultural, mas realidades ou temporalidades diferentes que convivem lado a lado. Há lados ou facetas do Brasil que são bárbaros, mas que oscilam, segundo o olhar, entre o atrasado e o exótico (e eis mais uma vez a dúvida se instalando entre os julgamentos e indicando uma outra via explicativa de superação), mas que convivem com os outros brasis tecnologicizados, sofisticados, reflexivos, avançados. Essa ordem de consideração desemboca numa outra tensão, desdobrada das anteriores, que é a da natureza frente à cultura.

Desde sempre, os viajantes, com seu olhar “desde fora”, com padrões de referência ancorados em outras realidades, visualizaram um Brasil-paisagem, onde a natureza é soberana. De Caminha aos franceses piratas, dos marinheiros perdidos aos naturalistas do século XIX, passando até por Stefan Zweig, que aqui aportou em plena ditadura Vargas, fugido da Alemanha nazista, há um lado que exalta a pujança da natureza deslumbrante e que assinala o maravilhamento. Mas, para os brasileiros, caberia assumir a assertiva de que o que nos falta em cultura nos sobra em natureza? Sendo assim, a nação é mais obra de Deus do que do próprio homem?

Gerações de intelectuais sucederam-se para responder a tais questões, e um dos caminhos foi o de recompor o mito das origens (PESAVENTO, 1998).

A indagação sobre o mito das origens é, por assim dizer, uma questão eterna, que todas as sociedades colocaram para si mesmas e ensaiaram respostas. A visão da gênese assume a forma mítica, que é a da narrativa que explica e revela, operando com a crença e a verossimilhança, que portam o *status* de veracidade consentida e partilhada. Como representação que veicula uma memória não-vivenciada, mas socialmente sancionada, dotada de alta positividade, o mito das origens se encontra na base da idéia de nação.

E aqui o Brasil se defronta com um pecado original: sem passado clássico, sem Idade Média, tendo seu nascimento histórico “revelado” por uma “descoberta”, a mestiçagem foi o dado concreto mais recuado que se teve para a recomposição da gênese nacional. Ou seja, o Brasil já nasce como mestiço, sua alma já vem marcada pela cor. Mas todo mito de origem, que recompõe o passado e reinscreve uma temporalidade de ontem para a leitura e a formação de um público de uma outra época, precisa erigir “lugares de memória”. Uma

nação tem que edificar marcos de referências onde ancorar o processo, sempre seletivo e paradigmático, de evolução do passado. Assim, é preciso, apontar fundadores, ancestrais da nação, heróis, fatos, sítios, monumentos, datas marcantes. Construir uma história, enfim, demonstrar a existência de um passado.

Historiadores e romancistas empenharam-se nessa tarefa, mas a partir do momento em que ela se tornou imperativa como projeto político de construção da nação.

É este realmente o momento crucial que confere foros de certidão de nascimento ao Brasil: com a Independência, em 1822, impõe-se a tarefa de construção da nacionalidade, numa primeira redescoberta do País (OLIVEIRA, 1990). A partir de então, sucederam-se gerações de pensadores que se incumbiram de dar resposta às questões identitárias básicas e que, como foi dito, suportam critérios de ambivalência e ambigüidade.

A começar pela recuperação do momento original, no âmago da gênese brasileira: no princípio era o índio ou o português? O ponto de vista adotado assume a saga lusitana da conquista que liga a nação, em seu nascedouro, à epopéia cristã ocidental da reconquista/conquista d'além-mar e assegura ao País um pé na Europa. Mas a mestiçagem lá está, a insinuar-se no corpo e, sobretudo, na alma da nacionalidade emergente, onde há a aceitação do índio, glamourizado e naturalizado pelo romantismo — a rigor, o índio fica do lado da paisagem e não da cultura —, mas realiza a exclusão do negro, relegado à coisificação da senzala.

Estabelece-se a curiosa tríade: o colonizador branco é cultura, o índio é natureza, o negro é coisa, ferramenta, utensílio.

Ainda mantendo-se no primeiro capítulo desta história-pátria que se constrói, na sua versão primeira, pelas narrativas de um Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, através de Varnhagen ou Capistrano de Abreu, ou das páginas de um José de Alencar, um outro não menos interessante deslizamento se constrói: o português, herói da saga da conquista e colonizador da terra, de ancestral primeiro vira opressor com o processo de independência. Afirmar-se como brasileiro é, sobretudo, diferenciar-se do português, que foi, com isso, a primeira alteridade assumida.

Naturalmente, o índio e o negro não contam nesse processo, pois não entram na história nesse momento de construção identitária. São invisíveis para a nação, seja, pelo silêncio (caso do negro), seja pela incorporação mítica numa sociedade que os legitima como vencidos pelo branco colonizador (caso da narrativa histórica), seja como incorporados pelo amor romântico (caso do discurso literário, tal como **Iracema** ou **O Guarani**, de José de Alencar).

Neste ponto, chegamos a um outro elemento de tensão no processo de construção da identidade nacional. Sendo esta uma comunidade de sentido relacional, há que definir quem são os “outros”, o que implica delimitar e também com o que nos identificarmos.

A questão do “outro”, portanto, impõe-se. Há, no caso brasileiro, uma alteridade histórica e que se insere no plano do desejado, e que é o Primeiro Mundo. Sem dúvida, podemos retornar ao ponto antes referido da ambivalência local e universal e afirmar que o Brasil tem um lado que é, inegavelmente, primeiro-mundista. Mas, quanto à alma verdadeira, ao caráter intrínseco do “jeito” de ser, ao âmago do “nós”, o Primeiro Mundo configura-se como a alteridade desejada ou com o horizonte de chegada de uma identidade que se poderá atingir um dia.

Naturalmente, o texto irônico e mordaz de um Lima Barreto (1985) ou de um João do Rio potencializa esse pertencimento equivocado, espécie de bovarismo nacional que fará, na virada do século, com que a elite brasileira se conceba de uma outra forma, distinta daquela que era.

Mas nos referimos aqui a esta postura que indica ressonância e diálogo entre padrões culturais internacionalizados “cá” e “lá” e que, da parte do Brasil, implica projetos de “vir-a-ser” que são, ao mesmo tempo, econômicos, sociais, políticos e culturais.

Há “outros” lá fora e que, desde o olhar de “fora” — do Primeiro Mundo, por exemplo —, podem ser considerados que estão “dentro” com relação ao Brasil. É o caso da América Latina, que recentemente não é levada em consideração no processo de construção da identidade nacional. O Brasil, ousaríamos dizer (PESAVENTO, 1998), tem vivido de costas para a América Latina, e foi também contra a América Hispânica que se construiu como nação. Não é a fraternidade da miséria e do subdesenvolvimento que o Brasil almejou, salvo na conjuntura que se seguiu à teoria da dependência, combinada à democracia populista dos anos 50 e perpetuada no pensamento da esquerda nos anos autoritários que se seguiram.

A identidade nacional brasileira, seja ela construída pelo texto da literatura ou pelo da história, veículos preferenciais desse processo, afirma a sua especificidade frente à latino-américa. O brasileiro é brasileiro em primeiro lugar e se afirma como distinto da América Hispânica.

Mas há outros “outros”, ambíguos na sua definição e delineamento e que se combinam/excluem com os “de dentro”. Num Brasil tão diversificado, tomemos o ponto de vista dos gaúchos: frente aos demais povos da fronteira sul da América: quem são os verdadeiros *hermanos* que se encontram mais próximos, os argentinos e uruguaios ou os nordestinos?

O Mercosul, com todos os problemas que possa conter, em termos de projetos explícitos e implícitos ou mesmo de artificialidade, vem, de uma certa forma, ao encontro de uma comunidade de traços culturais partilhados, demonstrar que as fronteiras são, sobretudo, simbólicas. Com essa latino-américa, o Brasil — ou o Brasil Sul — se identificaria? Não seriam “outros”, mas seriam os “mesmos”?

Mas desçamos um pouco mais na análise, para chegar aos “outros” internos, talvez a mais expressiva tensão do processo identitário nacional.

Falamos daquele “outro embaixo da cama” de que fala Schwarcz (1977), que é o verdadeiro excluído de todo o processo de construção da cidadania e que se configura como problema para a elaboração identitária: referimo-nos ao Brasil mestiço e pobre. Ele está lá, sua presença incomoda, a lembrar continuamente a existência de problemas não resolvidos na sociedade brasileira e que remontam a heranças coloniais. É uma espécie de fantasma do passado a irromper no presente e a despertar as consciências: a questão da terra, a estigmatização que acompanha o negro no seu ingresso no mundo pós-escravista. Eles seriam a verdadeira “cara” do Brasil? Pelo menos, não no plano da política, pois todo e qualquer candidato que com ele se identificar em demasia não tem o sucesso garantido nas urnas.

Há uma questão de ambigüidade nesse elemento excluído. A exclusão, como categoria que representa o social, implica, como a palavra indica, a negação ou rejeição do nomeado, mas, ao mesmo tempo, reconhece a sua existência. Nessa perspectiva, como fica a posição deste Brasil desvalido frente ao Brasil imaginário?

A dimensão ambivalente e ambígua da sua presença na construção identitária nacional resolveu-se de maneira curiosa, o que foi uma verdadeira “redescoberta do Brasil” articulada na década de 30 e que tem sido continuamente reatualizada através dos tempos.

Ora, o Brasil é diverso, múltiplo e comporta diferenças de toda ordem. Atenção, contudo, para o significado do registro lingüístico que se enuncia: diferença não é contradição e também se afasta da desigualdade. Há um uso político desse mosaico que recupera a noção de povo. Este não tem rosto, pois é variado, díspar, mas é justamente dessa diferença que se obtém a variedade. O povo-síntese do múltiplo, que é a cara do Brasil, absorve a mestiçagem, dotando-a de uma carga de positividade e apagando o ranço pessimista das visões cientificistas da virada do século.

Reincorporado pelo discurso — político, intelectual, da mídia —, este “outro” se reincorpora na identidade, mas nos limites do simbólico.

E, neste ponto, há mais um elemento a considerar, na tessitura do processo identitário nacional: com que realmente se identifica a “alma” brasileira? Ou, em outras palavras, aquilo que é definido como “povo”, qual o seu *ethos*, sua maneira de ser, seus gostos, seu “jeito”?

O que é genuinamente nacional? Via de regra, na elaboração de uma referência identitária, o popular é definido como “autêntico”, próximo daquele reduto íntimo e profundo de individualidade que definimos como a alma do nacional.

Já nos reportamos, desde o início deste ensaio, ao caráter de construção desse processo, que recorta, seleciona e formula uma imagem da nação. Resta acrescentar a dimensão do estereótipo ou do símbolo, que, metaforicamente, expressa a dimensão do simbólico através da exposição de significantes.

Contemporaneamente, a identidade nacional oferece-se como paradigma exportável que combina elementos essenciais de referência sob o amálgama do estético com o do exótico: a cor da alma se expõe, com a mestiçagem positivada, a natureza se oferece, potencializa na sua dimensão aurática de ser única e específica, e a cultura se vende como mosaico, articulando peças com forte apelo ao consumo. O resultado é uma combinação original aos olhos dos “outros” e que converte a identidade construída numa correspondência com a alteridade atribuída pelo estrangeiro ao Brasil.

Uma outra ordem de consideração se impõe, porque, no jogo identidade/alteridade, a maneira como os outros nos vêem é, também, um pouco de nós. Ou seja, mesmo sendo construção simbólica, que não se mede por critérios de veracidade, mas sim de plausibilidade, o padrão identitário estereotipado encontra eco de alguma forma neste olhar dos “outros” sobre “nós”.

A tarefa de produção de um marco identitário nacional é, pois, extremamente complexo e se repõe como tema de reflexão neste nosso final de século e de milênio que se assinala também pelos 500 anos da descoberta do Brasil.

É esta questão que nos move a discutir a maneira pela qual a nação foi redescoberta sucessivamente, pelos seus intelectuais, desmontando o processo de construção de identidade nacional.

O fascinante nesta montagem é justamente divisar a forma pela qual se articulam e reconfiguram temporalidades: o passado criado e recomposto pela memória e pela história, que fixam os marcos do reconhecimento; o presente da escritura e da leitura do padrão identitário onde ele serve de elemento de coesão social e legitimação de uma ordem, induzindo ações e pautando comportamentos; e o futuro, que se expressa pelo projeto político, apontando para um horizonte de chegada, para uma terminalidade onde devem se ancorar os sonhos coletivos, marcando um engajamento.

Enquanto expressão do imaginário, essa comunidade simbólica de sentido não tem compromissos com a veracidade absoluta, mas com a produção da plausibilidade. Pela imagem e pela palavra, conseguem a adesão e a mobilização do seu público, oferecendo-se como um dado pronto, que remonta às origens da nação, confundidas estas com os primeiros tempos da história do País.

O processo identitário brasileiro é, a nosso ver, prenhe de ambigüidades e ambivalências, como foi abordado neste ensaio, que se colocam como problemas ou para os seus inventores, que devem traduzi-los de forma convincente, ou para os seus analistas, que devem realizar a desmontagem do seu processo de construção.

Para os consumidores da identidade nacional, pois ela não deixa de ser mercadoria, há que reconhecer que o *kit* identitário é eficaz. Ao longo do tempo, ora excluindo o povo no plano do real e do simbólico, ora incorporando-o como a síntese da alma de um país mestiço, a representação social da nacionalidade tem obtido reconhecimento. Há respostas aos apelos e planos de ordem, demonstrando o poder quase mágico do imaginário de representar o mundo e dar-lhe sentido.

Radicalizando esse potencial, poderemos até afirmar que o País experimenta, no seu acontecer histórico, um viés metonímico que transfigura a realidade. Há uma tendência a tomar a parte pelo todo e a apreciar detalhes, elementos e particularidades de um contexto complexo como o Brasil como a sua expressão legítima. No caso da identidade, tachados de “populares” e, portanto, autênticos. Os exemplos, no caso, vão desde comportamentos estereotipados a recortes de paisagem, formas de lazer e de esporte ou momentos políticos precisos. Tal como no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, onde a abertura da avenida Central valeu pela cidade como um todo, e esta, como capital do Brasil, pelo País, que teve o passaporte da modernidade urbana, enfim chegada, o processo é recorrente através de nossa história.

Como lidar com tudo isso?

Refletir sobre tais questões não implica desconhecer a existência de formas alternativas de compor o imaginário da nação, nem de admitir que esse processo se deu de forma linear ou sem enfrentamento. Aliás, desde o princípio estivemos a falar de um campo de luta simbólica, que é a do imaginário, através das representações do social, a que damos o nome, no caso em pauta, de identidade nacional.

Bibliografía

- ANDERSON, Benedict (1997). **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México : Fondo de Cultura Económica.
- BARRETO, Lima (1985). **Os bruzundangas**. São Paulo : Ática.
- BARTH, Frederik (1986). **Los grupos étnicos y sus fronteras**: la organización social de las diferencias culturales. México : Fondo de Cultura Económica.
- BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Bertrand Brasil.
- HARTOG, François (1991). **Le miroir d'Hérodote**: essais sur la représentation de l'autre. Paris : Gallimard.
- LIMA BARRETO ver BARRETO, Lima.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de (1990). Modernidade e questão nacional. **Lua Nova**, Rio de Janeiro, n.20.
- PESAVENTO, Sandra J. (1998). Contribuição da história e da literatura para a construção da cidade: a abordagem nacional. In: LEENHARDT, Jacques, PESAVENTO, Sandra J. **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas : UNICAMP.
- RIO, João do (1909). **Cinematógrafo**. Porto : Chardon.
- SCHWARCZ, Roberto (1977). **Ao vencedor, as batatas**. São Paulo : Duas Cidades.
- SEGALEN, Martine, org. (1989). **L'autre et le semblable**. Paris : CNRS/ADAGP.

Abstract

This article is aimed at discussing the Brazilian national identity, a historic imaginary construction, which constructs a symbolic community of signification grounded on the elements of stress that pervade this representation of reality, which are ambivalent and ambiguous. Thus the paper points out issues related to the stress between originality and universality, the time re-configurations between barbarity and civilization, the problem of the myth of the origins, the ambivalence of the rhetoric of distinction, and the ambiguity of the definition of the national ethos.